



ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

SEM SEGURANÇA

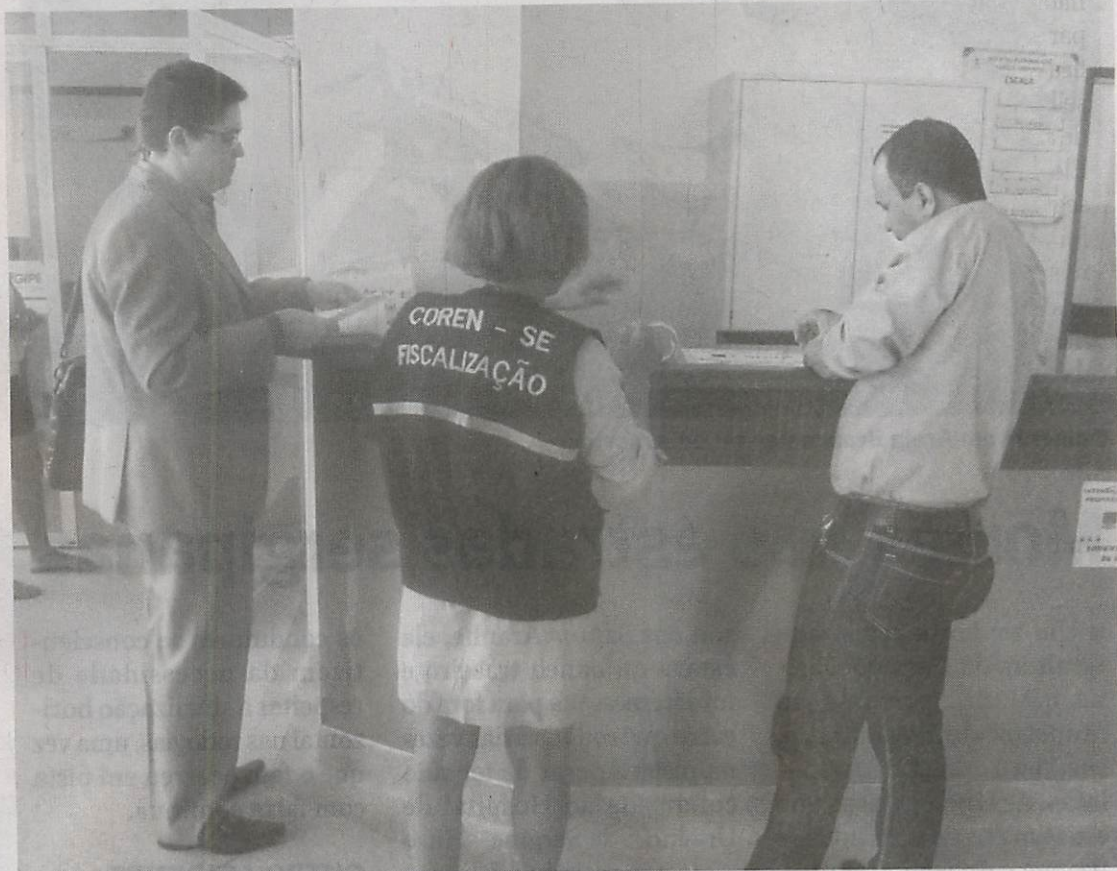
# Urgência de Socorro é parcialmente interdita

Valéria Bezerra

■ Por falta de condições de trabalho e descumprimento dos prazos determinados para adaptação do espaço, o Conselho Regional de Enfermagem de Sergipe, no último dia 22, sexta-feira, deu entrada em uma Interdição Ética Parcial do atendimento dos enfermeiros no setor de Urgência e Emergência do Hospital Regional de Nossa Senhora do Socorro, na Grande Aracaju.

A fiscalização realizada na data da interdição parcial teve como base os últimos relatórios de fiscalizações anteriores, quando foram detectadas irregularidades na assistência. Em parceria com o **Ministério Público Estadual** e o Conselho Regional de Medicina, no último dia 8 de novembro o Coren/SE fez outra fiscalização para averiguar a situação, identificando que não foram feitos os ajustes, especialmente na segurança.

Outro ponto que chama a atenção do Conselho é o baixo número de enfermeiros para atender na Urgência. Na época, foi dado um prazo de cinco dias - com notificação junto à Secretaria de Estado da Saúde, Fundação Hospitalar de Saúde, Superintendência da Unidade Hospitalar - a contar do dia 8, para que



Representantes do Coren/SE e do CRM acompanharam a interdição

fosse resolvido o problema da falta de segurança. No entanto, até o momento, não houve alteração.

De acordo com as informações da presidente do Conselho de Enfermagem, Garbyella Garibalde Santana Resende, por esse e outros motivos, o Coren/SE entrou com a Interdição Ética Parcial. "Vamos aguardar que essas solicitações sejam ajustadas o quanto antes, a fim de garantir assistência à população e aos trabalhadores da Saúde. Por enquanto, somente os casos de riscos à vida serão atendidos no

setor de Pronto-Socorro", esclarece.

Mesmo com receios, segundo Garbyella Garibalde, os profissionais de Enfermagem entendem que é necessária essa atuação do Coren/SE para que o Estado possa garantir o cumprimento da implantação de uma segurança durante todo o funcionamento do hospital.

Ela garante que "a interdição foi a última alternativa para não prejudicar a assistência aos usuários dos serviços, porém, é necessária, pela gravidade da situação

de segurança por que pas- sam os profissionais".

O vice-presidente do Conselho Regional de Medicina, Ricardo Scandian, acompanhou o início da interdição e afirma que o Conselho de Medicina de Sergipe concorda com a interdição parcial, já que a falta de segurança afeta todos os profissionais. A interdição será suspensa assim que for atendida a solicitação de melhorias na segurança da unidade. ■

► COMENTE ESTA MATÉRIA  
opine@cinform.com.br

